

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Arqueologia
Curso de Bacharelado em Antropologia
Linha de formação em Antropologia Social e Cultural



Trabalho de Conclusão de Curso

ALEIJAR A UNIVERSIDADE:

antropologia corporificada e as experiências com a deficiência visual

Amanda Dias Winter

Pelotas, 2022

Amanda Dias Winter

ALEJAR A UNIVERSIDADE:

antropologia corporificada e as experiências com a deficiência visual

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao instituto de ciências humanas da Universidade Federal de Pelotas, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em antropologia com Linha de Habilitação em Antropologia Social e Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Turra Magni

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

W784a Winter, Amanda Dias

Aleijar a universidade : antropologia corporificada e as experiências com a deficiência visual / Amanda Dias Winter ; Cláudia Turra Magni, orientadora. — Pelotas, 2022.

48 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Deficiência visual. 2. Capacitismo. 3. Acessibilidade. 4. Corporalidade. 5. Sentidos. I. Magni, Cláudia Turra, orient. II. Título.

CDD : 371.911

Amanda Dias Winter

ALEIJAR A UNIVERSIDADE: antropologia corporificada e as experiências com a
deficiência visual

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Antropologia com linha de formação em Antropologia Social e Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 07 de dezembro de 2022.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Claudia Turra Magni (Orientadora)

Doutora em Antropologia Social e Etnologia pela École des Hautes Études en Sciences
Sociales

Profa. Dra. Flávia Maria Silva Rieth

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Daniele Borges Bezerra

Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas

Para o Lillo,
meu irmão, melhor amigo e professor.

Agradecimentos

À minha família. Minha mãe, Alessandra, e meu irmão, Murillo, por sonharem meus sonhos junto comigo. Minha Vó Ruth, Tchaline e Tio Alvaro pelo apoio a cada nova empreitada da vida. E ao meu pai, André.

Ao Pedro, pelo companheirismo e amizade, acima de tudo. Por todos os cafés passados durante esse processo de escrita e por me ajudar a transcrever as entrevistas desta pesquisa.

Às amigas Isabela Rodrigues, Marina Landa, Mateuse Fernandes e Joanna Sevaio pela motivação e por compartilhar o amor por aprender. Obrigada também, Diogo Trade, Camilla Panassol, Ítalo Castro e Katiane Ferreira.

Às amigas que fizeram de Pelotas, uma cidade antes desconhecida, meu lar; Gustavo Ferreira, Rebeca Ferreira, Felipe Brandão, Luan Salce e Gabriela Montezi.

Às amigas que mesmo à distância se fazem tão presentes durante todos esses anos, Amanda Fonseca, Cristian Graeff, Evelyn Bischoff, Ana Cristina Nicolodi e Victória Richetti.

Às colegas Isabella Guimarães, Kamila Ruiz, Raquel Rau, Ana Paula Langone, Guilherme Rodrigues e Juliana Flor.

Às professoras Lori Altmann, Loredana Ribeiro, Francisco Pereira, Adriane Rodolpho e Cláudio Carle pela partilha que nos transforma tão profundamente. Em especial Flávia Rieth, Daniele Borges e minha orientadora Cláudia Turra Magni, pela escuta atenta, apoio e por me guiarem delicadamente ao tema desta pesquisa.

E aos meus interlocutores, pela confiança de compartilhar comigo suas histórias. Obrigada Luis Marcelo Moreira e Jussinara Flores, pelo carinho e por me acolher na família de vocês. Agradeço também a Alessandra Machado, Alisson Vargas, Carlos Adriel Rodrigues, Rodrigo Lourenço, Guilherme Pinheiro, Gustavo Klug, Thadeu Thurow, Leandro Pereira e Thiago Seus.

*Para fazer uma mesa
é preciso madeira,
para fazer a madeira
é preciso uma árvore,
para fazer a árvore
é preciso a semente,
para fazer a semente
é preciso o fruto,
para fazer o fruto
é preciso uma flor:
para fazer uma mesa é preciso uma flor.*

(RODARI, 2015)

Resumo

Winter, Amanda Dias. **ALEIJAR A UNIVERSIDADE: antropologia corporificada e as experiências com a deficiência visual**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia com linha de formação em Antropologia Social e Cultural) – Departamento de Antropologia e Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Este Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Antropologia propõe compreender como a deficiência visual molda a sociabilidade e produção de conhecimento dos(as) estudantes cegos e com baixa visão da Universidade Federal de Pelotas. A partir de uma abordagem autoetnográfica de minha experiência com a perda de visão busco aporte da antropologia dos sentidos e dos estudos da deficiência para compreender a deficiência visual enquanto fenômeno sociocultural e pensar em conjunto com os interlocutores as práticas de acessibilidade e inclusão na universidade.

Palavras-chave: Deficiência Visual; Capacitismo; Acessibilidade; Corporalidade; Sentidos

Abstract

This Undergraduate Thesis on Anthropology proposes to understand how visual impairment shapes the sociability and production of knowledge of blind and low sight students at the Universidade Federal de Pelotas. Based on an autoethnographic approach to my experience with sight loss, I seek input from the anthropology of senses and disability studies to understand visual impairment as a sociocultural phenomenon and to think in cooperation with the interlocutors about accessibility and inclusive practices at the university.

Keywords: Visual Impairment; Capacitism; Accessibility; Embodiment; Senses

Lista de figuras

Figura 1 - Gráfico do questionário “Perfil sociológico dos interlocutores(as)” recorte etário..... 27

Figura 2 - Gráfico do questionário “Perfil sociológico dos interlocutores(as)” recorte de gênero 27

Figura 3 - Gráfico do questionário “Perfil sociológico dos interlocutores(as)” recorte de orientação sexual 28

Figura 4 - Gráfico do questionário “Perfil sociológico dos interlocutores(as)” recorte de identificação racial 28

Figura 5 - Gráfico do questionário “Perfil sociológico dos interlocutores(as)” recorte de identificação socioeconômica 29

Lista de siglas e abreviaturas

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

AELB - Associação Escola Louis Braille

ICH - Instituto de Ciências Humanas

NAI - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

PcD - Pessoa com deficiência

SUS - Sistema Único de Saúde

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFPEl - Universidade Federal de Pelotas

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. Incorporando a antropologia: caminhos teórico-metodológicos da pesquisa.....	15
2. Nomear, criar corpo: interlocução, diferença e interseccionalidades.....	24
3. Aleijar a universidade: imaginação política, escuta e alteridade.....	37
Considerações finais.....	43
Referências bibliográficas	45

Introdução

Em outubro de 2020, acordei sem conseguir enxergar. Desde então, tive que aprender a estar no mundo nessa condição. Assim, em minha trajetória como graduanda em antropologia, a perda da visão precedeu o interesse pela deficiência visual, que acabou se tornando um objeto de pesquisa. Apoiada em saberes antropológicos, meu objetivo com este trabalho é refletir sobre como práticas de acesso e inclusão podem expandir as noções de corporalidade e pertencimento (VON DER WEID, 2017) dentre estudantes com deficiência visual da UFPel.

Além de um espaço de produção de conhecimento, a universidade pública é um espaço de sociabilidade e de formação de subjetividades coletivas. Entretanto, a educação no Brasil faz parte de um projeto de Estado excludente. Estruturalmente, as universidades não estão preparadas para incluir pessoas com corporalidades divergentes e necessidades específicas em seu cotidiano. Apesar de iniciativas que visam promover políticas de inclusão, como a do NAI da UFPel, o acesso e permanência de pessoas com deficiência na academia ainda é muito restrito. Nesse contexto, a questão que me guia é: “como a deficiência visual pode influenciar os processos de produção de conhecimento e de sociabilidade entre estudantes da Universidade Federal de Pelotas?”. Para isso, interagi com um grupo de estudantes acompanhados pelo NAI durante o semestre letivo de 2021/2.

De acordo com o modelo social da deficiência explicado por Diniz (2007), é o ambiente que incapacita o sujeito, não a lesão que seu corpo carrega. Nesse sentido, é possível considerar que, quando criadas condições de acolhimento e identificação, há possibilidade de uma experiência positiva de corporalidades diversas. Portanto, argumento que, nessas condições, haveria um local de cura na teoria, como propõe bell hooks (2013); não a cura de um corpo lesionado, mas a perspectiva para a construção de outras possibilidades de existir. É, então, a partir da compreensão da deficiência como um fenômeno sociocultural, que a presente pesquisa é fundamentada. Nesse mesmo contexto, outros dois trabalhos de conclusão de curso foram desenvolvidos no campo das Ciências Sociais, ambos no curso de Antropologia. Sob orientação da Profa. Dra. Cláudia Turra

Magni, o colega Guilherme Rodrigues (2018) é autor de “ANTROPOLOGIA EM AÇÃO: etnografia sobre o Centro de Reabilitação Visual Louis Braille em Pelotas-RS”, pesquisa que aborda a relação de deficientes visuais com a cidade a partir de oficinas realizadas no CRV, e Felipe Sousa (2018) autor de “Entre a acessibilidade e inclusão: participação observante no Programa de Tutorias Acadêmicas NAI UFPel”, que tem como objeto a perspectiva dos tutores(as) do Programa de Tutorias Acadêmicas desenvolvido pelo NAI. Em uma consulta na base de dados do sistema de bibliotecas da UFPel, é possível encontrar outros quatro trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos sobre a temática da deficiência visual nas áreas de saúde, turismo e teatro, demonstrando limitado interesse acadêmico no âmbito da graduação sobre o assunto e a relevância social e científica de trabalhos que teorizem sobre o tema.

A proposta dessa pesquisa é de uma antropologia situada, feita no e com o corpo e a partir do corpo da pesquisadora. Em sua tese sobre a percepção de mundo de pessoas cegas, a antropóloga Olivia Von der Weid (2014) tem a proposta metodológica de que o próprio corpo do antropólogo seja meio de análise: “estar na participação, na partilha, na percepção, na experiência, com todos os nossos sentidos. Esses momentos de imersão demandam uma cabeça e um corpo abertos” (p. 26). Para compreender a experiência vivida por estudantes acadêmicos com deficiência visual com os quais mantive contato, mobilizo conceitos da antropologia dos sentidos e dos estudos da deficiência (*disability studies*).

A investigação realizada é apresentada em três capítulos. No primeiro, desde uma abordagem autoetnográfica, busco retomar minha trajetória de aproximação ao tema a partir da minha perda de visão, articulando os acontecimentos narrados com fundamentos da antropologia dos sentidos. Inicialmente, meu campo de pesquisa para coleta de dados empíricos foi o NAI da UFPel, pelo qual já fui atendida no ano de 2020 e início de 2021. A partir do contato *on-line* com estudantes que são assessorados por este núcleo, busquei compreender as especificidades de suas experiências com a cegueira, traçando um perfil de cada estudante através de entrevistas abertas acompanhadas de identificações gerais como idade, curso em que estuda, condição de deficiência visual (se congênita, adquirida ou baixa visão). No segundo capítulo, considerando os dados empíricos coletados entre os interlocutores através de entrevistas abertas e questionários pré-formulados, faço uma análise da interseccionalidade dos marcadores sociais (como gênero, sexualidade, idade,

raça e classe social), para traçar um perfil da diversidade que compõe esse grupo de estudantes e analisar de quais maneiras tais marcadores, interseccionados influenciam a experiência dessas pessoas na universidade, conjugadas à própria deficiência de cada um(a). Por fim, no terceiro capítulo, apresento um desvio de rota em decorrência do distanciamento social ocasionado pela Covid-19, e, como solução, proponho um exercício de imaginação política, buscando repensar as práticas de acessibilidade e corponormatividades a partir da escuta etnográfica.

1. Incorporando a antropologia: caminhos teórico-metodológicos da pesquisa.

Em meu caso, a compreensão da deficiência se deu ancorada pelos saberes antropológicos, tomando-a pelo viés da experiência. É a partir dessa experiência de não ter mais a capacidade de enxergar que faço o movimento de tentar compreender meu engajamento no mundo a partir de outras modalidades sensoriais. Portanto, para considerações sobre esse processo de conhecimento e aceitação, faço uso teórico-metodológico da autoetnografia, tal como a entendem Gama (2020) e Mello (2019), buscando aportes críticos necessários à escrita antropológica em conjunto com a narração de si e desestabilizando, desse modo, a relação de sujeito/objeto colocada pela antropologia tradicional.

Tomo por ponto de partida a chamada crise de objeto da antropologia, que caracterizou a mudança de paradigma marcada pela escola pós-moderna. Influenciada pela abordagem interpretativista proposta por Geertz, esse novo modelo, notadamente pautado pela reflexividade, foi continuado por Clifford e Marcus e consolidado com o lançamento da obra *Writing Culture* (1986). Nesse contexto, houve uma abertura para a experimentação no gênero textual (e de outras grafias) na área, assim como a abertura para a subjetividade das etnógrafas, suas culturas de origem e suas corporalidades, que passaram a integrar as relações com os objetos de pesquisa. É nessa abertura para o experimental e para o *self* da pesquisadora, que a autoetnografia pode ser inserida como metodologia de conhecimento para a antropologia. Segundo Fabiene Gama (2020, p. 190):

Na autoetnografia, a antropóloga reflete sobre sua própria experiência, ou a partir dela, para analisar questões da sociedade e/ou cultura à qual pertence. Ela é uma metodologia que exige múltiplas camadas de reflexividade, uma vez que a pessoa que pesquisa e aquela que é pesquisada são a mesma. Pesquisas autoetnográficas desempenham um valioso papel na antropologia: expõem partes de fenômenos culturais que as pessoas vivem, mas não costumam falar. Falam sobre o não dito, advogando contra determinadas invisibilidades e silenciamentos, ao mesmo tempo em que ressaltam a importância da narração, em especial da narração pessoal, nas ciências humanas e sociais.

Por questões referentes à minha saúde atravessarem constantemente meu engajamento com o mundo e, por consequência, minha formação como antropóloga, a abordagem autoetnográfica se faz uma ferramenta essencial para compreender essa relação. Sou diabética desde os 7 anos de idade e, em decorrência da negligência com a minha saúde, o processo gradual de perda de visão me tomou por completo em outubro de 2020. Passei

por consultas médicas, exames, cirurgia reparatória, tratamentos com laser e, no decorrer de dois anos, recuperei parcialmente a visão do olho esquerdo. Durante toda essa trajetória mediada pelos conhecimentos médicos, a dimensão que se coloca com mais força é a da perda. Ser e/ou tornar-se pessoa com deficiência é sinônimo de tragédia pessoal (DINIZ, 2003). O período de tratamento mais intensivo culminou com o período também mais intenso de distanciamento social pela pandemia da Covid-19. Se, por um lado, eu me sentia mais segura em um universo limitado das paredes do apartamento da minha mãe - com quem voltei a morar desde que havia ficado cega - me encontrar nessa nova condição corporal privada da visão era uma aprendizagem extremamente solitária.

Mais adiante, quando a deficiência visual já havia se consolidado como meu campo de pesquisa, um dos meus interlocutores, Leandro, me disse que “nada melhor que um cego para ensinar outro cego a ser cego” (Caderno de campo, 2022). Esses vínculos cooperativos - o que Vladimir Safatle (2016) chama de circuito de afetos, no qual me inseri a partir da minha pesquisa e contato com outras pessoas com deficiência visual - são, para mim, um dos aspectos mais importantes e prazerosos do processo de aprendizado.

Voltei aos poucos às atividades acadêmicas, ainda à distância, mas o afastamento entre eu, meus(as) colegas, e meus(as) professores(as) não era apenas físico. Era uma distância de mundos de compreensão que não partilhávamos mais. A questão do olhar (a primazia da visão nas relações) e do fazer antropológico, me faziam acreditar que esse fazer já não me era mais possível. A antropologia tradicional pressupõe um padrão corporal que é historicamente masculino, branco, cisheteronormativo. Em sua tese de doutorado em Antropologia Social, Anahí Guedes de Mello (2019), que é pessoa surda, discute a sua “experiência do (não) ouvir etnográfico” (MELLO, 2019, p.23) e, colocando a metodologia etnográfica como objeto de reflexão, questiona como as deficiências sensoriais influenciam no fazer antropológico, propondo "aleijar a metodologia".

Continuei ouvindo a gravação das aulas e, no retorno do semestre seguinte, ao organizar as atividades remotas do coletivo de pesquisa do qual faço parte, o Antropoéticas, as coordenadoras, Profa. Dra. Cláudia Turra Magni e Profa. Dra. Daniele Borges me convidaram para ser anfitriã de um dos encontros remotos de nossas “Terças

Antropoéticas"¹, o qual tratava do tema “Imagem: ética e acessibilidade”, com a presença das pesquisadoras convidadas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Olívia von der Weid, docentes da UFRGS e UFF, respectivamente. Então, essa experiência, até então solitária, de estar em um mundo predominantemente visual, sem enxergar, tomou um corpo coletivo. Tudo que eu aprendi, talvez por intuição (e necessidade) produziu eco nas experiências compartilhadas no encontro.

Em toda a minha trajetória acadêmica, foi o primeiro evento em que uma pessoa, a professora Olívia Von der Weid, usou do recurso da audiodescrição para se apresentar, antes de ambas passarem às suas trajetórias como antropólogas e de relatarem suas experiências com pessoas com deficiência visual. Foi então que pude ter uma percepção mais ampla sobre o tema, mediada por outras instâncias que não a da patologização. Nesse sentido, bell hooks (2013), no capítulo ‘Teoria como prática libertadora’, da obra “Ensinando a transgredir - a educação como prática da liberdade”, não entende a teoria como prática apartada da ação. Ela defende uma transformação de consciência viabilizada pelo engajamento coletivo em práticas inclusivas e pelo uso das experiências dolorosas com vistas a mapear novas jornadas teóricas. Seria, assim possível criar, na teoria, um lugar de cura, pois:

Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de auto recuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre teoria e a prática. Com efeito, essa experiência evidencia o elo entre as duas - um processo que, em última análise, é recíproco. Uma capacita a outra. (hooks, 2013, p. 86).

Quando sentia a maciez e a temperatura das mãos que me guiavam nos corredores do Hospital da Visão, tentava diferenciá-las, associando o toque às vozes, que já me recebiam com familiaridade. Quando calculava a espessura de um degrau com a ponta dos pés antes de dar um passo; quando media com os braços, sempre levantados em frente ao corpo, a distância entre mim e os tantos obstáculos ao meu redor, eu estava teorizando. Essa transformação de consciência leva a uma produção crítica das epistemologias e

¹ “Terças Antropoéticas” foram encontros semanais promovidos pelo Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS) em 2021 como ação extensionista do coletivo de pesquisa Antropoéticas com objetivo de instigar “debates e experimentações relacionados aos diferentes modos e recursos sensíveis de conhecer, descrever e restituir pesquisas antropológicas”.

metodologias, do engajamento com o ambiente circundante e com as condições impostas por essa relação. A dor e a mágoa não são provenientes da deficiência, são sintomas das práticas excludentes de uma sociedade e, conseqüentemente, instituições capacitistas. A cura pela teoria, na ação coletiva, tem o potencial de transformar a realidade. Voltando à Mello (2019, p. 25), “por isso o capacitismo impede a consideração de que é possível andar sem ter pernas, ouvir com os olhos, enxergar com os ouvidos e pensar com cada centímetro de pele que possuímos”.

No primeiro exercício de observação etnográfica, que realizei para a disciplina de Teoria Antropológica Britânica, em 2018, acompanhei um casamento coletivo que aconteceu no Presídio Regional de Pelotas. Por uma interpretação literal do juiz que autorizou minha participação na cerimônia, estive o tempo todo acompanhada de uma agente penitenciária, sentada em uma das cadeiras plásticas dispostas no pátio do presídio, apenas observando o evento. Fui proibida de conversar com qualquer pessoa que também estivesse ali. Meu gravador, câmera e bloco de notas foram retidos na revista, por isso, tentava ao máximo fotografar com o olhar tudo o que me rodeava. Atualmente, consigo compreender o conjunto de sensações percebidas pelo meu corpo que auxiliaram a montar essas imagens mentais que descrevi posteriormente em meu trabalho: o gelado dos corredores até chegar ao calor do pátio sob o sol do mês de novembro, calor que fazia a maquiagem das noivas derreter durante a cerimônia, apesar do vento que movia os tecidos brancos que, esticados formavam tendas no altar improvisado; o som do rádio vindo das celas das detentas que, entre si, compartilham a música e a trivialidade daquele dia; o cheiro forte de alvejante que exalava do chão, das paredes e se misturava com o suor do dia quente. Tudo isso também ficou marcado na minha memória, como uma fotografia dessa minha primeira experiência como uma estudante de antropologia em campo. Sobre a dimensão fenomenológica da percepção, Ingold (2008, p. 2), afirma que:

[a atividade de percepção] Consiste, antes, em um tipo de esquadramento de movimentos, realizado pelo corpo todo – ainda que de um local fixo – e na qual os dois procuram por, e respondem às, modulações ou inclinações no ambiente ao qual está sintonizado. Como tal, a percepção não é uma operação “dentro-da-cabeça”, executada sobre o material bruto das sensações, mas ocorre em circuitos que perpassam as fronteiras entre cérebro, corpo e mundo.

Após essa mudança de compreensão, pude, então, entender que além do olhar, meu corpo inteiro estava implicado naquele momento de observação. Em sua experiência de

longa duração com os Songhay do Níger, Paul Stoller (1989) relata que se surpreendeu sobre como os outros sentidos, além da visão, formam a sua compreensão de mundo. Desse modo, afirma que o processo intelectualizante de fazer antropologia - o distanciamento, a coleta e interpretação dos dados, o modo de escrita - nos afasta dos sentidos, "do gosto das coisas etnográficas". Para Stoller, além do rigor dos métodos tradicionais de pesquisa, foi a abertura para o mundo dos sentidos dos seus interlocutores e o afeto que consolidaram sua imersão entre os Songhay, com quem criou uma relação íntima de amizade: "lentamente, descobri uma regra importante: não se pode separar pensamento de sentimento e ação; estão inextricavelmente ligados".² (STOLLER, 1989, p. 5). Jon Mitchell (1997) propõe uma explicação para isso e sugere que a linguagem, as sensações e as emoções formam, cada uma em si, modos próprios de cognição que não são distintos, mas complementares e interpretados pelo seu contexto .

Nesse entendimento de que as formas de percepção são construídas socioculturalmente, Chiara Pussetti (2016, p. 41) afirma:

Longe de serem mecanismos universais, percepção e emoção começam a ser considerados como algo mediado pela cultura e construído por modelos estabelecidos e transmitidos localmente. Sentidos e sentimentos tornam-se formas específicas de nos tornarmos seres humanos, íntima consequência da aprendizagem social, modalidades locais de incorporar categorias culturais, ou de inscrever no corpo os valores e os aspectos que uma particular comunidade historicamente escolheu como principais ou privilegiados.

Emoções, sensações, assim como o discurso, são capazes de moldar a realidade social e vice-versa. Por esse motivo, inclusive as metáforas referentes ao modo de percepção do mundo são construções culturais. No Ocidente, a metáfora visual, usada como equivalente a perceber, conhecer, compreender algo, é resultado de um processo de domesticação e distanciamento da visão, e não fruto de uma capacidade maior da visão sobre as outras modalidades sensoriais (INGOLD, 2008). A linguagem também forma o corpo. A preeminência da visão na cultura ocidental é legado de uma tradição positivista de pensamento baseada na separação dicotômica entre corpo e mente. Como afirma Mitchell (idem), um logocentrismo ocidental. Pussetti aponta a instituição dos métodos sociológicos estabelecidos por Durkheim como consolidador da divisão de interesses entre os saberes de

² Tradução minha. No original: "Slowly, I uncovered an important rule: one cannot separate thought from feeling and action; they are inextricably linked."

natureza social e biológica. Nessa perspectiva, a visão é compreendida como uma abordagem neutra e objetiva, enquanto outros sentidos são alusivos à subjetividade e, portanto, menos confiáveis. "A ênfase na observação empírica elevou a visão a uma posição privilegiada, logo substituindo o viés dos 'sentidos inferiores' (especialmente olfato e tato)"³(STOLLER, 1989, p. 8).

Se abrir ao mundo sensível dos outros exige um esforço complexo de reeducação dos sentidos e de entendimento da localização do próprio modelo sensorial como uma possibilidade entre muitas. Pussetti (2016, p. 46) complementa:

No campo aprende-se e muda-se, mesmo até quando não se presta particular atenção: adquirem-se disposições novas não só através do conhecimento verbal ou conceptual, mas também de forma sensual, corpórea e mimética, através de um contacto íntimo e contínuo com os locais.

No caso da presente pesquisa, o que aconteceu foi o movimento contrário: primeiro houve a reeducação dos sentidos, a necessidade de reaprender a estar no mundo com os "recursos disponíveis" (INGOLD, 2008, p. 31) que me restaram, obrigando-me a me abrir a outros modos de experimentá-lo, para depois encontrar, em outras pessoas, reverberação dessa experiência e então fazer disso um exercício de reflexão antropológica. É dessa localização de si no contexto da relação social que parte a proposta metodológica, política e ética da autoetnografia (Gama *et al.*, 2021). Essa escolha, em geral corporificada (ou encarnada), como defende Silvana de Souza Nascimento (2019, p. 461), "colapsa as dualidades corpo-mente, sujeito-objeto, estrutura-prática" e "produz efeitos distintos nos modos de fazer, pensar e escrever antropologia".

Como colocado inicialmente, as interlocuções para o trabalho de campo dessa pesquisa principiaram pelo contato com o NAI/UFPEL, ao qual recorri por ter obtido auxílio durante o período em que estive em tratamento. Fui encaminhada para perícia médica e, posteriormente, para atendimento com uma psicopedagoga e uma psicóloga.

Nesse contato com o NAI, obtive uma lista de estudantes com deficiência visual (baixa visão e cegueira), seus respectivos cursos e dados de contato. De um universo de 39

³ Tradução minha. No original: "The emphasis on empirical observation raised sight to a privileged position, soon replacing the bias of the "lower senses" (especially smell and touch)."

alunos e alunas com deficiência visual matriculadas no segundo semestre de 2021, que correspondeu ao período de março a junho de 2022, 14 alunos(as) responderam ao meu primeiro contato feito por e-mail. Em razão da pandemia de Covid-19, as aulas da UFPel estavam acontecendo de modo remoto em um ambiente virtual pela plataforma *moodle*, que contava com salas de web conferência e informações sobre as disciplinas em curso daquele semestre corrente e dos dois semestres anteriores, que também haviam sido cumpridos à distância.

A metodologia escolhida para coleta de dados foi baseada em entrevistas abertas sobre a experiência com a deficiência visual, fazendo diferenciação entre casos congênitos ou adquiridos e, posteriormente, entre baixa visão ou cegueira, considerando o contexto de suas biografias e vivências no meio acadêmico. Nesse sentido, Gama aponta as diferenças essenciais da abordagem autoenográfica em contraste com a análise etnobiográfica: enquanto na primeira, a pesquisadora baseia-se em acontecimentos pessoais para refletir sobre um contexto social mais amplo, na etnobiografia, a antropóloga recorre à narração da “trajetória de uma outra pessoa para analisar fenômenos socioculturais” (GAMA, 2020, p. 190). As sessões de entrevistas foram acompanhadas de um questionário com informações sobre idade, gênero, orientação sexual e classe social. Acredito que as intersecções entre esses marcadores moldem a experiência de cada pessoa de maneira singular, embora haja modos compartilhados de existência. O objetivo da realização do questionário e, principalmente, das entrevistas, era de passar a conhecer as pessoas que estivessem dispostas a construir essa pesquisa comigo e, com a aproximação, em um segundo momento, acompanhar os(as) interlocutores(as) em seus trajetos, práticas e sociabilidade no meio acadêmico. Entretanto, em razão do distanciamento social em decorrência da Covid-19, esta aproximação em campo não foi realizada. Na tentativa de atenuar a distância imposta pelas circunstâncias, foi criado um grupo de WhatsApp entre eu e os(as) interlocutores. Essa ferramenta foi adotada como um grupo focal *on-line*, espaço no qual foi possível estreitar os laços entre eu e os(as) participantes e instigar debates sobre nossas experiências.

Como forma de me aproximar do universo de pesquisa, também me voluntariei para participar como tutora no Programa de Tutorias Acadêmicas entre pares do NAI, iniciativa criada pelo núcleo em que alunos(as)-bolsistas auxiliam colegas com deficiência ou com Transtorno do Espectro do Autismo na organização de seus estudos e em demandas

referentes à sua participação na universidade. Nesse contexto, participei de reuniões de formação entre os(as) tutores e os profissionais especializados que coordenam as atividades do NAI e também de algumas reuniões de avaliação entre tutores e a coordenadora do programa, Susane Barreto. Contudo, pelo meu objeto de pesquisa ser a experiência dos estudantes com deficiência visual, e eu não ter sido designada como tutora para nenhum aluno(a), essa via de aproximação foi encerrada.

À medida que os contatos iniciais foram sendo feitos, o objetivo da pesquisa foi explicado aos(às) participantes e as entrevistas foram marcadas, dando a opção de serem realizadas presencialmente ou por videoconferência⁴. As pessoas que se dispuseram a participar se mostraram muito solícitas e reiteraram a importância de pesquisas sobre acessibilidade e pesquisas com PcDs, já que não havia muitas sendo realizadas em âmbito acadêmico. Lembrar aos e às interlocutoras de que eu mesma sou uma pessoa com deficiência despertou, ao meu ver, mais cumplicidade e confiança em participar da pesquisa e também se tornou parte de assuntos abordados nas entrevistas, que transcorreram como uma troca de experiências.

Ao discutir questões éticas do trabalho de campo e o uso do anonimato (ou não) na pesquisa etnográfica, Cláudia Fonseca (2007), aponta que as ciências humanas, em especial a antropologia, não seguem normas pré-determinadas que garantam o caráter científico dos resultados obtidos. Pelo contrário, são a contingência do próprio campo e objeto de pesquisa, assim como a reflexibilidade da antropóloga, que sustentam o teor científico de uma boa etnografia, amparada pela deliberação ética que resulta do encontro etnográfico. O uso de nomes e locais reais, assim como a omissão dessas informações, é uma responsabilidade que deve ser assumida pela antropóloga também como compromisso “de avançar uma determinada concepção de antropologia” (idem, p. 49). Por esses motivos, escolhi utilizar as informações que caracterizam meus interlocutores(as) tal como elas foram comunicadas pelos(as) próprios(as), incluindo seus nomes verdadeiros, na medida em que: a) busquei construir uma antropologia compartilhada das experiências que também dizem respeito às minhas vivências dentro da universidade; b) acreditei que as ressonâncias e dissonâncias

⁴ No período em que as entrevistas foram agendadas, em abril de 2022, o esquema vacinal da Covid-19 estava na terceira dose para pessoas com 18 anos ou mais e na quarta dose para pessoas imunossuprimidas com 18 anos ou mais. Até o momento, eu havia tomado 3 doses da vacina.

das categorias sociais e corporais que nos constituem são dados imprescindíveis para a minha análise; c) considero relevante dimensão ética da pesquisa, no sentido de valorizar o tempo disposto por cada um(a) em contribuir com ela .

No capítulo seguinte, aprofundo a análise de intersecção destes marcadores sociais expressados pelos(a) interlocutores, relacionando esses dados ao desenvolvimento dos estudos da deficiência.

2. Nomear, criar corpo: interlocução, diferença e interseccionalidades

Neste capítulo, com base nas entrevistas realizadas com os(as) interlocutores(as), apresento-os(as), mencionando seus nomes, os cursos que frequentam na universidade e suas singularidades em relação à deficiência em sua trajetória de vida. Em sequência, defendo a deficiência enquanto marcador social da diferença, denotando a importância dessa categoria para a compreensão das estruturas de poder socialmente construídas. Assim, a partir de uma análise da interseccionalidade entre as categorias de gênero, sexualidade, idade, raça, classe social e também de deficiência, sinalizadas no questionário aplicado, discorro sobre algumas experiências relatadas pelos(as) participantes, relacionando-as com o avanço dos estudos da deficiência como campo de debate das ciências sociais.

Nomear, no caso desta pesquisa, é uma forma de “adensar as descrições, dando uma agência histórica real às pessoas que nelas figuram” (INGOLD, 2016, p. 406). Trata-se de uma tentativa de encurtar distâncias, de desestabilizar as estruturas de poder que podem se revelar no encontro etnográfico. Quando fala sobre a criação de um outro homogêneo e unidimensional para quem as políticas de inclusão são criadas, Carlos Bernardo Skliar (2003, p. 45), afirma que “não há relação com o outro se seu rosto é ignorado”. A solução ética seria, para este autor, uma “irrupção do outro”:

O outro já não é dado senão como uma perturbação da mesmice, um "rosto" que nos sacode eticamente. O outro não irrompe para ser somente hospedado ou bem-vindo, nem para ser honrado ou insultado. Irrompe, em cada um dos sentidos, nos quais a homogeneidade foi construída. Não volta para ser incluído, nem para narrarmos suas histórias alternativas de exclusão. Irrompe, simplesmente, e nessa irrupção sucede o plural, o múltiplo, a disseminação, a perda de fronteiras, a desorientação temporal, o desvanecimento da própria identidade. O outro irrompe, e nessa irrupção, nossa mesmice vê-se desamparada, destituída de sua corporalidade homogênea, de seu egoísmo; e, ainda que busque desesperadamente as máscaras com as quais inventou a si mesma e com as quais inventou o outro, o acontecimento da irrupção deixa esse corpo em carne viva, torna-o humano. O outro volta e nos devolve nossa alteridade, nosso próprio ser outro; é o tornar-se outro e todavia. (SKLIAR, 2003, p. 44)

A aproximação com os(as) interlocutores se deu através do NAI, em razão de eu ter sido atendida pelo núcleo quando perdi a visão, em outubro de 2020. O contato inicial se deu por e-mail e foi continuado por entrevistas abertas realizadas por videoconferência e presencialmente, conforme disponibilidade dos participantes. Dos 14 alunos com os quais tive contato, realizei 10 entrevistas abertas, e 10 questionários pré-formulados foram

aplicados. Luis Marcelo é estudante do Curso de História, ficou cego de um olho em 2016 em decorrência de um glaucoma. Assim como eu, possui retinopatia diabética, o que o fez perder totalmente a visão; Rodrigo é estudante do Curso de Educação Física e possui ambliopia, uma doença congênita que causou, no seu caso, baixa visão; Alisson também possui baixa visão congênita e é estudante do Curso de Cinema e Audiovisual; Guilherme cursou Letras, é professor de inglês e atualmente cursa Psicologia, possui baixa visão em decorrência de catarata congênita; Alessandra possui baixa visão congênita, consequência de toxoplasmose (ela ingressou no Curso de Biotecnologia, mas teve que pedir transferência para o curso de Química pela piora que teve na visão); Thadeu é estudante do Curso de Filosofia e também possui baixa visão congênita, consequência de toxoplasmose; Gustavo cursa Administração e possui baixa visão congênita; Leandro, tornou-se cego em 2016, é aluno do Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio formado em Administração, e também está cursando Bacharelado em Museologia ; Thiago é estudante de Ciência da Computação e possui cegueira congênita em decorrência de descolamento de retina; Carlos Adriel, o único interlocutor que entrevistei presencialmente, em seu local de trabalho, possui baixa visão congênita e concluiu o curso de Processos Gerenciais, sendo atualmente técnico administrativo da UFPel .

No contato com o outro, se percebe que são inúmeras as origens, assim como as maneiras de lidar com a deficiência. Elas fazem parte da diversidade da existência humana, assim como da diversidade de corpos que são abrigados sob a égide da normalidade. Nesse aspecto, Pedro Lopes propõe o emprego da deficiência como categoria analítica nos estudos sociológicos e antropológicos:

Se a deficiência é um devir propriamente humano inevitavelmente histórico – em função da vida em corpos, espaços e tempos, ela pode ser considerada como categoria analítica que interpela também os corpos que não nomeia [...] A sugestão, portanto, é por tomar deficiência como categoria analítica que pode nos ajudar a nomear a desigual variedade de formas, funcionalidades e experiências corporais que vivemos, ou, ainda, a desigual variedade das relações sociais que atribuímos a formas, funcionalidades e experiências corporais – sejam elas marcadas ou não pela categoria pessoa com deficiência. (LOPES, 2019, p. 85)

Quando se toma a deficiência como uma alteridade corporal e não como a falta de uma ou mais capacidades, se cria também um ambiente favorável para as diferenças

existirem e suas potencialidades serem exploradas. Habitar as fronteiras⁵ (ANZALDÚA, 1987) do visível e do invisível, no meu caso, que possuo baixa visão, é compreender a deficiência como uma condição que não é fixa, que é maleável e relacional - seja em relação com os ambientes e as instituições, sensíveis ou não à diversidade corporal, seja com a família e os vínculos de cuidado e dependência que precisam ser negociados, seja ainda com os tratamentos e laudos médicos e com os(as) interlocutores, suas próprias habilidades e expectativas. Segundo a “Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando o corpo e a sociedade” (2020) , formulada pelo Comitê Deficiência e Acessibilidade da ABA:

A experiência da deficiência é múltipla e complexa; e nunca está em sua forma definitiva. A experiência da deficiência, bem como as práticas e saberes que se voltam especificamente a este segmento populacional, está sob constante disputa política e construção sócio-histórica. (2020, p.4)

Tomando a perspectiva da diferença, busco também pensar como as intersecções de gênero, orientação sexual, raça, idade e classe social - além da deficiência - contribuem para uma compreensão mais ampla das experiências de estudantes com os quais tive interlocução para a realização dessa pesquisa.

A partir do questionário aplicado a 10 dos 14 estudantes que contatei, é possível concluir que as idades variam de 22 a 52 anos:

⁵ Glória Anzaldua é uma escritora e teórica feminista nascida na fronteira entre os Estados Unidos e México. Em *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza* (1987) propõe a criação de uma “consciência mestiça” que abarque todas as multiplicidades que a constituem. Para Anzaldua, viver nas fronteiras se dá no entendimento de não estar em um lugar, nem em outro, mas um entre-lugar das diferenças que a atravessam e a compõem.

Qual a sua idade?

10 respostas

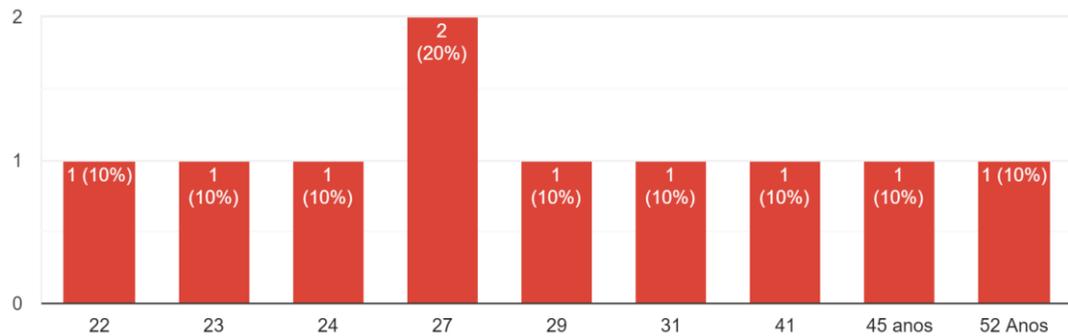


Figura 1 - Gráfico do questionário “Perfil sociológico dos interlocutores(as)”, recorte etário.

Em questão de gênero e orientação sexual, a grande maioria se identifica com o sexo masculino e como heterossexual, enquanto duas pessoas escolheram não responder à questão:

Você se identifica com qual gênero

10 respostas

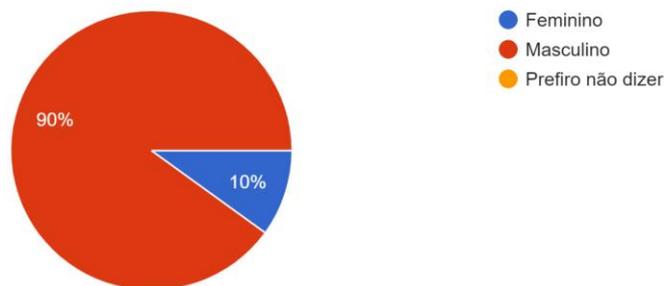


Figura 2 - Gráfico do questionário “Perfil sociológico dos interlocutores(as)”, recorte de gênero.

Qual a sua orientação sexual?

10 respostas

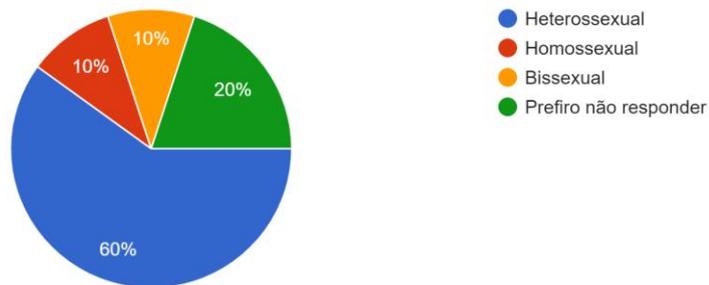


Figura 3 - Gráfico do questionário “Perfil sociológico dos interlocutores(as)”, recorte de orientação sexual.

Em termos de cor ou raça, a maioria se identifica como branco e de classe média baixa:

Como você se identifica em termos de cor ou raça

10 respostas

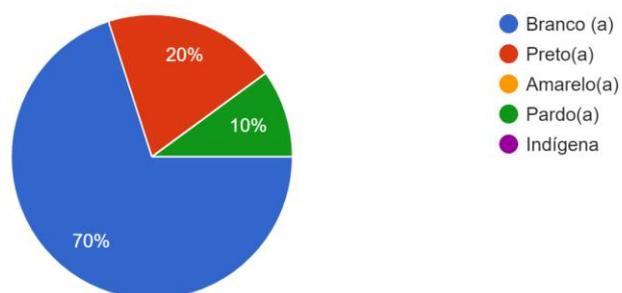


Figura 4 - Gráfico do questionário “Perfil sociológico dos interlocutores(as)”, recorte de identificação racial.

A qual classe social você se identifica como pertencente?

10 respostas

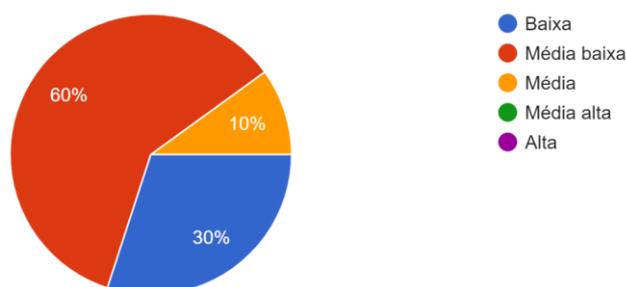


Figura 5 - Gráfico do questionário “Perfil sociológico dos interlocutores(as)”, recorte de identificação socioeconômica.

Partindo do entendimento de que “a deficiência é, ainda, largamente entendida como um fato do azar e, do ponto de vista político, os deficientes não são vistos como uma minoria social, tal como as mulheres ou alguns grupos raciais e étnicos” (DINIZ, 2003, p.1), a interseccionalidade como categoria analítica, como sugere Lopes (2019), é utilizada como suporte para responder dúvidas levantadas a partir dos dados qualitativos e, principalmente, dos dados quantitativos coletados nesta investigação.

Vemos nesta mostra, que a grande maioria dos estudantes com deficiência visual identifica-se como homem, branco e heterossexual, e também de classe social baixa ou média baixa. Mobilizando conceitos dos estudos da deficiência, notadamente o de interseccionalidade, busco compreender esses dados e como eles se relacionam com a experiência universitária dessas pessoas.

O conceito de interseccionalidade tem sua origem associada ao movimento negro a partir de 1970 e foi institucionalizado a partir de 1990 pelas teóricas do feminismo negro como ferramenta crítica à epistemologia do feminismo construído por mulheres brancas (de classe média e heterossexuais), que se entendiam como porta-vozes da experiência de opressão causada pelo gênero, uma experiência que é vivida de um ponto de vista específico e não pode ser compreendida como universal (HIRATA, 2014). Nesse sentido, a interação de diferentes marcadores sociais tem agência sobre a identidade de um indivíduo ou grupo e sua experiência em sociedade, operando em diferentes sistemas de dominação. Sobre o

conceito de "interseccionalidade", a socióloga Patricia Hill Collins (2015) explica:

O termo interseccionalidade faz referência à percepção crítica de que raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação, deficiência e idade operam não como entidades unitárias e mutuamente exclusivas, mas como fenômenos de construção recíproca que, por sua vez, moldam desigualdades sociais complexas⁶. (COLLINS, 2015, p. 2)

Em uma conversa com Alessandra, ela disse que “a deficiência sempre vem primeiro”. Ela estava relatando sobre a dificuldade de conseguir se inserir em um laboratório de pesquisa no curso de Química. As condições de trabalho nos laboratórios já não são acolhedoras, segundo Alessandra, já que os equipamentos não dispõem de nenhuma adaptação que promova a acessibilidade. Além disso, a estudante relatou que “sempre é necessário provar que sou capaz”. Primeiro é considerada a deficiência, e, a partir dela a ideia de incompletude, a impossibilidade de ser também competente. Nas disciplinas em que são dadas condições de igualdade para que Alessandra seja incluída no aprendizado com seus colegas, a mesma relata que tem notas acima da média. Por ter uma deficiência congênita, a estudante comentou que foi preparada pela mãe para lidar com situações como as relatadas acima. Desde criança, Alessandra recebeu tratamento e aprendeu recursos como mobilidade, atividades diárias e leitura pelo sistema Braille em um centro especializado no atendimento de pessoas com deficiência visual em Santa Catarina, estado onde nasceu. Com a mãe, aprendeu que “nem todas as pessoas a aceitariam por quem ela é, e achariam que ela não deveria estar nos lugares que ela desejava, por ter uma deficiência”. Alessandra é de classe baixa, a primeira integrante de sua família a ingressar em uma universidade pública, e acredita que a continuação dos estudos é a única possibilidade de ascensão financeira. Por ter sido a única mulher com quem conseguiu manter contato, foi a primeira conversa com Alessandra que confirmou a necessidade da compreensão da sobreposição de outros marcadores sociais além da deficiência para entender com mais profundidade a pergunta que me guiou no início dessa pesquisa.

Os estudos da deficiência se estabeleceram como um campo disciplinar da sociologia nos anos 80, influenciado pela luta por direitos civis das décadas de 60 e 70,

⁶ Tradução minha. No original: “The term intersectionality references the critical insight that race, class, gender, sexuality, ethnicity, nation, ability, and age operate not as unitary, mutually exclusive entities, but as reciprocally constructing phenomena that in turn shape complex social inequalities.”

principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido. O que se convencionou chamar de o modelo social da deficiência, influenciado pela epistemologia dos estudos de gênero, buscava separar a noção de lesão (que se dá no corpo), de deficiência (que seria um fenômeno social de exclusão de corpos lesionados). Desse modo, “lesão, para o modelo social da deficiência, é o equivalente, nos estudos de gênero, a sexo. E assim como o papel de gênero que cabe a cada sexo é resultado da socialização, a significação da lesão como deficiência é um processo estritamente social” (DINIZ, 2003, p. 2). Em outras palavras, a deficiência é resultado de estruturas sociais excludentes que oprimem pessoas que expressam em seus corpos alguma lesão.

Ao retirar a causalidade da deficiência da natureza dos corpos dos indivíduos com lesão e realocá-la no âmbito das relações sociais, os teóricos da deficiência faziam contraponto direto ao modelo médico. Como aponta Gavério (2017, p. 102), a partir do paradigma médico, “a diferença corporal/mental paulatinamente deixa de ser entendida como um castigo divino e passa a ser vista como um erro da natureza, um acidente natural a ser corrigido pela ciência”. A abordagem do modelo médico se preocupava com a cura e reabilitação dos corpos, seguindo um padrão biológico de normalidade norteado por questões morais, no qual pessoas com lesão precisavam se enquadrar. Já o modelo social defendia que ao serem eliminadas as barreiras que impediam a plena inclusão das pessoas lesionadas, a deficiência não existiria. (DINIZ, 2003; GAVÉRIO, 2017; VON DER WEID, 2014)

Este novo paradigma na compreensão de deficiência inaugurado pelo modelo social gerou uma divisão radical entre o que seriam assuntos de interesse do campo da saúde e os relativos à sociedade. De acordo com von der Weid (2014, p. 69), essa dicotomia engloba outras separações binárias como natureza/cultura, indivíduo/sociedade, interno/externo, corpo/mente”. Abordagem essa que é insuficiente para compreender a complexidade e multiplicidade da experiência da deficiência.

Foi o pensamento feminista e, posteriormente, a teoria *queer* que instigaram o retorno do corpo como categoria de análise nos estudos da deficiência (GAVÉRIO, 2017). Além da corporeidade e das dimensões de subjetividade, as noções de cuidado e interdependência foram incluídas pelas teóricas feministas como pautas para debate. Para Diniz, a estratégia política de, intencionalmente, ignorar a materialidade dos corpos nessa primeira onda dos

estudos sobre a deficiência, foi reflexo da “situação privilegiada desse grupo de deficientes” (DINIZ, 2003, p. 2). Sociólogos fazem parte de uma “elite dos deficientes” que “reproduziam discursos dominantes de gênero e de classe na sociedade” (VON DER WEID, 2014, p. 66). A preocupação com a independência era uma das prioridades da agenda dos teóricos da primeira onda dos estudos da deficiência. Além de contestar o modelo biomédico, a luta por autodeterminação e direitos sociais os posicionava francamente contra o teor caritativo das ações pensadas para pessoas com deficiência, que acabavam por tutelar e segregar pessoas estigmatizadas por essa classificação. A resposta das teóricas feministas surgiu como uma forma de abranger as pautas levantadas por essa primeira onda. Ainda partindo da experiência vivida, por serem também mulheres com deficiência, as teóricas da segunda onda apontaram para outro viés dessa categoria: o papel das cuidadoras. Com isso, a interdependência foi apontada como fator intrínseco à sobrevivência de algumas pessoas com deficiência e também como meio de manutenção da vida social no geral, pois essa se dá em relações de apoio e troca. Portanto, apesar de ajustes arquitetônicos, como reivindicavam os teóricos da primeira onda, a independência não poderia ser o objetivo último da luta por direitos. Incluir as pessoas com deficiência em estruturas que operam sob as mesmas normatividades morais que geram opressão não produz uma inclusão plena, mas sim, uma domesticação dos corpos que se diferenciam por possuírem alguma limitação física ou de sensorialidade.

Carlos Adriel comentou que uma de suas maiores dificuldades era o trajeto até a universidade. À época, Adriel morava em outra cidade, Morro Redondo, município vizinho de Pelotas. Os estudantes residentes em Morro Redondo eram trazidos por um ônibus alugado de uma cooperativa que os buscava em um ponto da cidade e os deixava no centro de Pelotas para que pudessem pegar o transporte de apoio até os campus onde teriam aula. Carlos Adriel estudava à noite no Anglo, campus afastado do centro. Nas primeiras semanas de aula, por não conhecer a cidade e as linhas de ônibus disponíveis, o estudante pegava um táxi do centro até o campus Anglo, no início e no fim das aulas, situação que se tornou insustentável financeiramente. Carlos Adriel propôs à cooperativa que a rota do ônibus fosse modificada, o que não foi aceito por também envolver um aumento na tarifa cobrada pela cooperativa. Então, com auxílio do NAI, Carlos Adriel precisou entrar com um processo no Ministério Público para que os motoristas do ônibus de apoio da UFPel e da cooperativa de ônibus encontrassem um trajeto que fosse tanto economicamente viável, quanto seguro para o estudante. Já Guilherme,

estudante de Letras e Psicologia, cursos que funcionam também no campus Anglo, relata que nunca teve nenhuma dificuldade com o trajeto até as aulas. Guilherme também faz uso do transporte de apoio disponibilizado pela universidade e tem a necessidade de perguntar aos outros estudantes qual o destino do veículo, pois não consegue enxergar essa informação no letreiro. Esses casos demonstram a complexidade da experiência da deficiência, da intersecção das categorias e da noção de interdependência, como propus anteriormente. Mesmo com uma melhor sinalização dos ônibus por parte da universidade, as barreiras ainda não seriam eliminadas totalmente e ainda haveria a necessidade de uma rede de apoio para que o deslocamento seja feito em segurança, como no caso de Carlos Adriel.

A dimensão do cuidado também se torna evidente no caso de Luis Marcelo. Apesar de ter tido aulas de mobilidade na Associação Escola Louis Braille, Marcelo não se sente seguro para andar sozinho nas ruas, já que a maioria delas não possui uma infraestrutura acessível com pisos táteis e sinais sonoros. Na Universidade, desde 2017, Marcelo conta com o auxílio da esposa, Jucinara, para fazer o trajeto de sua casa até o campus do Porto, onde cursa licenciatura em História. Em nossa conversa, Marcelo brincou que quando concluir o curso, terá que compartilhar o diploma com Jucinara, já que a esposa, além de acompanhá-lo até as aulas, frequenta com ele algumas disciplinas e o auxilia copiando a matéria e digitando trabalhos que são ditados pelo estudante. Sem o auxílio da esposa, Luis Marcelo não teria condições de frequentar as aulas e teria maiores dificuldades em realizar as tarefas solicitadas. Também nessa perspectiva, Carlos Adriel comenta que nas séries iniciais, a coordenação da escola em que estudava em Morro Redondo, designava colegas de aula como ajudantes, para que ele pudesse ser incluído nas atividades. No ensino médio, a escola não fez uso desse recurso e Adriel reprovou no primeiro ano. Com isso, ele e sua irmã mais nova, Sandriane, passaram a ser colegas e ela passou a fazer esse papel de tutora nas aulas com o irmão. Na escola, as matérias que Carlos Adriel mais tinha dificuldade eram química e matemática, pela falta de acessibilidade nos materiais. Após concluírem o ensino médio com sucesso, Adriel não deu continuidade imediata aos estudos, principalmente por não ter conhecimento das políticas de inclusão na universidade e pelas dificuldades que enfrentou na trajetória escolar. No entanto, Sandriane ingressou no curso de licenciatura em Química e se especializou no ensino da disciplina para pessoas com deficiência, pensado em recursos pedagógicos que facilitam o aprendizado. Tanto no caso de Sandriane, irmã de Carlos Adriel e de Jucinara, esposa de Luis Marcelo, é possível perceber como o cuidado é fundamental na relação e o quanto essa

dedicação direciona as trajetórias de suas próprias vidas, mesmo que elas não sejam pessoas com deficiência.

Como apontaram as teóricas feministas da segunda onda dos estudos da deficiência, esse papel do cuidado está ligado a uma função exercida por mulheres. Alessandra, por outro lado, relata que, por viver distante de sua família, sente que precisa “abrir seus caminhos à facção”. Mesmo que consiga cumprir suas responsabilidades de maneira autônoma, se sente muitas vezes frustrada e solitária. A estudante sugeriu que deveria haver uma pesquisa estatística que demonstrasse quantos dos ingressantes com deficiência conseguem concluir o curso, pois acredita haver um grande número de evasão de pessoas que, como ela, precisam enfrentar sozinhas as barreiras impostas por uma sociedade estruturalmente capacitistas.

Foi também por sugestão de Alessandra que foi criado um grupo de WhatsApp com os interlocutores da pesquisa, que funcionou como um grupo focal *on-line*. Um espaço em que seus participantes pudessem se conhecer, trocar ideias e experiências sobre questões de acessibilidade e educação. Com exceção de Alessandra, Rodrigo e Thadeu, todos os interlocutores, apesar de serem estudantes de cursos variados, já se conheciam por terem em algum momento frequentado a Associação Escola Louis Braille (AELB), seja nas atividades de reabilitação visual ou como estudantes da Escola Especial que também funciona no espaço.

A AELB atende principalmente pessoas de baixa renda. Para que alguém seja encaminhado para os serviços da instituição, é necessário que passe por uma entrevista com uma assistente social e pela triagem do SUS. Além das atividades de informática adaptada para a linguagem braile, coral adulto, aula de percussão, violão e auxílio em mobilidade, a instituição oferece atendimento psicológico e de serviço social, atendimento oftalmológico e tratamentos de saúde especializados em deficiência visual. Nesse sentido, o recorte de classe se sobrepõe aos demais. Alguns dos interlocutores relatam que a demora para o atendimento nos serviços públicos de saúde e a burocracia envolvida para receber o tratamento necessário foram decisivos. Dois dos interlocutores mencionaram que a dificuldade de receber o tratamento necessário resultou em perda significativa da visão e que sentem pesar pelas consequências de não terem a opção de recorrer a outras intervenções possivelmente mais efetivas por falta de recursos financeiros. No meu próprio caso, o acesso a um tratamento rápido e efetivo por meio de um convênio de saúde, bem como condições financeiras de arcar com os custos de viagens para buscar tratamento em instituições especializadas, foi essencial para impedir a progressão de minha doença e reverter a condição de cegueira para baixa visão, o que implica, também,

em reestabelecer certo grau de independência na minha vida cotidiana e retorno às atividades acadêmicas. Quando perguntei se sente algum pesar sobre a perda de visão, Luis Marcelo - que passou pelos mesmos procedimentos reparatórios que eu, porém não obtendo os mesmos resultados - me disse que é necessário “um trabalho interno” para aprender a apreciar o mundo de outra maneira. Agora aposentado do trabalho de taxista, que exerceu por muitos anos, Marcelo afirmou que gostaria de poder enxergar os frutos de seu trabalho, como o apartamento que conseguiu adquirir e os móveis que compõem sua moradia.

Nas entrevistas que realizei, os participantes que perderam a visão ao longo da vida se mostraram mais dispostos a compartilhar suas experiências. Von der Weid (2014, p. 66) sugere que “lesões congênitas têm implicações diferentes para a construção da identidade do que lesões adquiridas”. Alessandra, por exemplo, possui uma deficiência congênita, mas consegue perceber em perspectiva as mudanças que precisou estabelecer no seu cotidiano a partir da piora na capacidade de enxergar, a exemplo da necessidade de redirecionar o curso que escolhera alterando assim todo o seu projeto de vida profissional. Luis Marcelo conta que “ainda pensa como um vidente”, o que às vezes atrapalha sua reabilitação e a capacidade de pensar em soluções práticas para suas necessidades. Já os interlocutores com deficiência congênita comentam, no geral, que essa é a única realidade que conhecem, por isso não têm condições de relatar o quanto a deficiência visual molda ou não suas rotinas. Nas entrevistas, a autodeterminação dos interlocutores se demonstrou diretamente ligada ao nível de funcionalidade que cada pessoa possui. Alguns deles, por possuírem baixa visão, não se consideram PcD ou “tão deficientes quanto alguém que não enxerga”, mesmo que sejam legalmente considerados pessoas com deficiência e recebam atendimento do NAI. Isso demonstra como os padrões de classificação ainda estão ligados a uma noção de normatividade corporal e remetem à separação radical entre lesão e deficiência, tal como almejaram os teóricos inaugurais dos estudos da deficiência, embora isso esteja desvinculado da mobilização política característica do movimento no passado.

Em termos de posicionamento político e teórico, atualmente, além da oposição entre deficiência e lesão proposta pelo modelo social, a separação binária entre sexo e gênero, que inicialmente serviu como modelo epistemológico para os estudos da deficiência, também é colocada em xeque. A partir da aproximação dos estudos da deficiência e teoria *queer*, a teoria *crip* busca, além de propor positividade da experiência da deficiência, resgatar a materialidade do corpo humano no debate. *Creep* (lê-se *crip*), no inglês, significa aleijado. Usar este termo,

historicamente pejorativo, para teorizar sobre as deficiências físicas/intelectuais/sensoriais é compreendido como um movimento político de emancipação. Aleijar a teoria seria, portanto, naturalizar as corporalidades e experiências deste segmento social, buscando questionar as noções de normalidade impostas aos corpos e instalar modelos críticos mais eficazes para compreender a multiplicidade das corporeidades e identidades em jogo nas relações sociais.

Gavério (GAVÉRIO, 2017, p. 109) explica que:

De maneira geral, a teoria queer causa fissuras nos debates construcionistas e disciplinares sobre sexualidade, argumentando que o próprio desvio é fruto de condições de normalidade. Em outras palavras, os desviantes sexuais só existem devido a regulações que produzem determinados indivíduos como naturalmente normais. Assim, não é só uma questão de rótulo, de estigma social, ser um desviante, mas um constante jogo daquilo que é ou não considerado natural e saudável. A teoria *crip* (aleijada) se inspira na crítica queer e passa a questionar às cristalizações (binárias) identitárias no seio dos próprios movimentos e teorias deficientes. Isto é, a crítica 'aleijada' se volta tanto a naturalização dos indivíduos deficientes quanto a dos indivíduos 'não-deficientes', 'capazes' (*ablebodied*).

Em resumo, a teoria *queer* compreende que na existência humana há uma multiplicidade de sexualidades, desejos e formas de se relacionar, assim como, para teoria *crip*, há uma multiplicidade de configurações e funcionalidades dos corpos. O corpo não existe em um estado natural, assim como a capacidade não é uma qualidade mensurável. Portanto, compreender as circunstâncias que formulam socioculturalmente essas noções de normalidade é a chave para compreender as corporalidades e capacidades em sua diversidade.

Neste capítulo busquei explorar como a interseccionalidade entre gênero, raça e classe opera em conjunto com a deficiência como moldadora da experiência das pessoas com as quais tive interlocução. Por se tratarem de estruturas e relações de poder, de certo modo, essa abordagem também reflete sobre violências sofridas por esses grupos. Ortner (2020) relaciona a ascensão do neoliberalismo como política econômica ao sofrimento percebido e relatado na área das ciências sociais a partir dos anos 1980. Esse interesse demonstrado pelas “dimensões difíceis da vida social” (*idem*, p. 27), como opressão e desigualdade, associado às consequências subjetivas dessas dimensões, é chamado por Ortner de “antropologia obscura” (*dark anthropology*). A antropóloga, contudo, aponta para outra perspectiva como resistência às narrativas de sofrimento, uma “antropologia do bem” ou “antropologia ativista”, e é a partir desse posicionamento que proponho o próximo capítulo.

3. Aleijar a universidade: imaginação política, escuta e alteridade

Como colocado inicialmente, o trabalho de campo da presente pesquisa se deu no segundo semestre letivo de 2021, no contexto da pandemia da Covid-19, que exigia atividades de modo remoto, o que não estava previsto inicialmente. A proposta original era, após a realização das entrevistas e aplicação dos questionários, acompanhar os estudantes em suas trajetórias até os campus onde frequentam as aulas para compreender de perto seus trajetos na cidade, suas práticas e sociabilidade no meio acadêmico. Entretanto, as atividades acadêmicas no modo presencial só retornariam no semestre seguinte, dia 1º de agosto de 2022. A única opção disponível, então, foi continuar o contato com os interlocutores(a) de modo *on-line*.

Pink argumenta a favor de uma etnografia sensorial que, para a antropóloga, é caracterizada por uma abordagem que leve em conta a percepção e as categorias sensoriais (próprias e dos interlocutores) quando são relatadas as experiências da vida cotidiana (CASTRO, 2021, p. 6). No entanto, essa aproximação fenomenológica, não se limita a interações em contextos de observação participante. Enquanto antropóloga visual, Pink (2006) defende o uso de ferramentas metodológicas, como a criação de um acervo audiovisual para refletir antropologicamente sobre as experiências relatadas pelos informantes. Usando exemplos das próprias pesquisas, a autora afirma que, através dos vídeos das entrevistas que realizou, foi possível compreender os sistemas sensoriais de seus interlocutores a partir de suas narrativas, que também são modos corporificados de representar a experiência. As entrevistas registradas em vídeo possibilitam que os interlocutores exponham, no processo de contar, seu próprio repertório sensorial e emocional, perceptível pelo tom de voz, modos corporais, engajamento com o ambiente, aspectos que podem ser observados reflexivamente pela pesquisadora. Desse modo, “a etnógrafa fenomenológica usa tanto o corpo quanto o intelecto como instrumentos de pesquisa e pode compreender experiências pessoais de conceitos culturais que, de outra forma, são intraduzíveis por meio de sua própria experiência corporificada”⁷ (PINK, 2006, p. 43).

Por se tratar de uma situação inédita universalmente, entre todas as preocupações sanitárias, políticas e econômicas, questões de manutenção da vida cotidiana nessa nova

⁷ Tradução minha. No original: “the phenomenological ethnographer uses both body and intellect as research instruments and might understand personal experiences of cultural concepts that are otherwise untranslatable though her or his own embodied experience”.

realidade, dos laços afetivos, da saúde mental, a preocupação dos estudantes e antropólogos(as) de como dar continuidade às suas pesquisas também esteve em pauta. Nesse contexto, Miller (2020) publicou no *YouTube* o vídeo “Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social”, em que apresentava alternativas de como, mesmo à distância, é possível refletir antropológicamente sobre o seu tema de pesquisa. Ainda que, para isso, algumas adaptações tenham que ser feitas. Uma das dicas que Miller oferece, da mesma maneira que ele e seus estudantes fazem em trabalhos de campo presenciais, é de ser útil. Estar disponível para as pessoas com as quais desejamos trabalhar. Dessa maneira, o grupo do WhatsApp que eu havia criado durante o trabalho de campo por sugestão de Alessandra, tornou-se o principal meio de comunicação e troca entre nós. Nesse espaço de interação *on-line*, em que os participantes se aproximaram um dos outros, compartilhavam referências e ideias sobre iniciativas de inclusão, debatiam sobre educação e acessibilidade, busquei me tornar disponível às suas demandas. Desse modo, aos poucos, fui estreitando os laços com alguns participantes, auxiliando-os(a) na redação de e-mails para seus colegiados e professores, no uso de algumas tecnologias assistivas com as quais tinham dificuldade e também me colocando à disposição para escutá-los em questões que, por vezes, nem estavam relacionadas à universidade. Assim, passei a integrar os círculos familiares e de amizade de alguns dos participantes da pesquisa, compreendendo um pouco mais como a deficiência moldava seus cotidianos e relações íntimas.

Rita Segato (2012) caracteriza metodologicamente essa abertura aos interlocutores para que possam expressar sua visão de mundo em seus próprios termos, chamando-a de “escuta etnográfica” (*idem*, p. 107). Pensando que os estudos da deficiência foram inspirados pela epistemologia dos estudos de gênero, tomo a liberdade de inserir a categoria da deficiência junto às questões levantadas pela antropóloga, que busca relacionar as ferramentas de poder do colonialismo com a luta das mulheres indígenas por autonomia. Nessa chave de leitura, a colonialidade opera como uma força homogeneizante. “Isto produz o efeito de que qualquer manifestação da alteridade constituirá um problema, e só deixará de fazê-lo quando peneirada pela grade equalizadora, neutralizadora de particularidades, de idiosincrasias.” (*idem*, p. 122). Portanto, a escuta etnográfica teria o poder de causar fissuras nessa força anuladora de alteridades:

Sendo assim, de que forma o caminho descolonial me alcançou em minhas práticas disciplinares e acadêmicas? Progressivamente, primeiro de uma forma inadvertida e depois teorizada, levando-me a utilizar a caixa de ferramentas da minha formação de forma invertida, ou seja, de uma forma que defini como uma “antropologia por demanda” – que produz conhecimento e reflexão em resposta às perguntas que me colocam aqueles que, numa perspectiva clássica, constituiriam os objetos de

observação e estudo. Em outras palavras: o que garante meu compromisso com a construção de uma marcha descolonial deriva, neste momento, da minha disponibilidade para as interpelações que me apresentam esses sujeitos, agora vistos como plenamente históricos e cujas demandas venho respondendo. (SEGATO, 2012, p. 107)

A pergunta que me motivou inicialmente para desenvolver esta pesquisa foi: “como a deficiência visual pode influenciar os processos de produção de conhecimento e de sociabilidade entre os(as) estudantes PcD da UFPel?” Contudo, as primeiras entrevistas realizadas se mostraram pouco profícuas para responder essa questão, apesar de servirem para a minha aproximação com o universo de investigação e para a compreensão das biografias dos(as) interlocutores(as). Foi somente a partir dos debates promovidos dentro do grupo de WhatsApp e conversas que se desenrolaram a partir dos nossos contatos mais próximos que foram relatadas que as iniciativas de inclusão, apesar de bem-vindas, não os incluíam ativamente nas atividades da universidade. Antes disso, criavam barreiras entre os estudantes com deficiência e os estudantes ditos “normais”. Nesse sentido, Skliar (2003, p. 42) diz que a educação institucional produz os outros aos moldes de si: “uma representação do outro que gira em torno de um eu completo, natural, concêntrico, onisciente, disseminado, Todo-Poderoso” e, desse modo, reduz o outro a algo a ser tolerado, nunca efetivamente incluso. Skliar chama esse regime de produção de um outro sempre incompleto em sua diversidade, de uma “alteridade deficiente” (*idem*, 1999, p. 2). O pesquisador entende que quando a educação inclusiva pergunta pelo outro, o faz quase sempre de forma retórica. Para Skliar, então, é a partir da escuta que a mudança é possível.

Diante disso, enfim, e também como uma forma de redirecionar a pergunta inicial desta pesquisa a partir dos relatos dos(a) participantes, decidi propor um exercício de imaginação política. Em um esforço de pensar a antropologia “enquanto disciplina orientada para o futuro, dedicada a recompor a ruptura entre imaginação e vida real” (INGOLD, 2016, p. 404), passei a colocar aos interlocutores a seguinte questão: “como seria uma universidade verdadeiramente inclusiva?” Compreendendo a potência da imaginação de reformular as realidades, esse exercício tem como objetivo causar fissuras, como propuseram Segato e Skliar, ou, nos termos da teoria *crip*, aleijar os discursos e práticas normativas que capturam as experiências de vida das pessoas com deficiência.

Acessibilidade é a condição criada para pessoas com e sem deficiência exercerem plenamente sua cidadania e participarem de atividades, sejam elas relacionadas ao trabalho, educação ou lazer. Sasaki (2019) foi responsável por sistematizar as barreiras identificadas

como impedimento ao acesso pleno às dinâmicas sociais. Elas são: 1) arquitetônicas: barreiras em ambientes físicos, internos e externos, públicos ou privados;. 2) atitudinais: atitudes que impeçam o pleno desenvolvimento das potencialidades do indivíduo; 3) comunicacionais; obstáculos em todos os âmbitos da comunicação, seja ela falada, escrita ou sinalizada, em meios físicos ou digitais 4) instrumentais: se refere a ferramentas, recursos e equipamentos, utilizados no trabalho, estudo ou vida cotidiana. 5) metodológicas: se refere a métodos e técnicas de trabalho e ensino-aprendizagem; 6) naturais: diz respeito a paisagens naturais que, sem as devidas adaptações, dificultam o acesso de pessoas com deficiência, como praias, trilhas, cachoeira, etc. e 7) programática: referente ao acesso à informação. São barreiras que impedem a compreensão de normas, serviços, avisos.

Foi a partir dessas dimensões que os estudantes identificaram as mudanças a serem aplicadas na universidade:

As barreiras arquitetônicas foram um dos pontos mais debatidos entre os estudantes. Nesse sentido foram identificadas carências de pisos táteis nos prédios, tanto nos trajetos próximos aos campus, quanto dentro dos prédios, nos trajetos até as salas de aula, banheiros e secretarias. Segundo os estudantes, a obra recente realizada em frente ao ICH não foi planejada de acordo com os parâmetros de acessibilidade, pois não possui rampas de acesso, pisos táteis e também não foram colocadas faixas de segurança nas ruas paralelas aos prédios, o que impede as pessoas de atravessarem sem contar com o auxílio de alguém. Apesar de a maioria dos prédios possuírem elevadores, com exceção do Campus II, os mesmos não possuem sinalização tátil para o uso de pessoas com deficiência. Faltam também rampas de acesso nas ruas e calçadas.

Quanto às barreiras metodológicas e instrumentais, foram relatadas dificuldades de acessibilização dos materiais pelos professores, como textos em formato de imagem que não podem ser processados pelos leitores de pdf, e os conteúdos das aulas, que são majoritariamente apresentados em slides. Nesse sentido, as aulas remotas foram consideradas mais inclusivas, pois a disponibilização da gravação das aulas facilita o retorno ao conteúdo para revisão.

Contudo, apesar de serem mencionadas pontualmente melhorias que podem ser feitas nas estruturas dos prédios e salas de aula, são as barreiras atitudinais que foram reconhecidas pelos estudantes como importantes para serem superadas para a inclusão efetiva. De acordo com Sasaki, a acessibilidade atitudinal compreende a mudança de valores sociais e estéticos, por isso requer uma transformação profunda complexa de ser alcançada. Uma iniciativa

importante seria, segundo os interlocutores, os professores(as) e servidores(as) da instituição receberem cursos de capacitação para aprenderem a lidar melhor com a presença dos estudantes com deficiência. Nessa direção, estar capacitado para a diversidade não inclui apenas PcDs, mas sensibiliza os profissionais a serem acolhedores de todas as pluralidades que compreendem a vida humana. A Contracartilha de acessibilidade, citada anteriormente, critica a noção de “acessibilidade sob demanda”, dizendo que ela parte de uma padronização corporal que gera exclusão :

Propomos evitar a ligação direta entre aquilo que é universal e aquilo que é um padrão corporal ou de comportamento humano. Tais categorias podem parecer complexas em um primeiro momento, mas quando começamos a exercitar estas concepções e posturas na prática, vamos percebendo o quanto as ações, que muitas vezes entendíamos como direcionadas para uma pessoa com um “tipo de deficiência”, na realidade, englobavam uma prática de inclusão de várias outras corporalidades e formas de estar no mundo.. Se continuarmos a pensar na rampa “para o cadeirante”, na legenda “para o surdo”, na audiodescrição “para o cego”, acabamos pressupondo que, se não há pessoas com estas deficiências no espaço, estes recursos são desnecessários, e continuaremos tendo, como consequência, a gestão da acessibilidade sob demanda. (Contracartilha de Acessibilidade da ABA, 2020, p.5)

Ao associar as barreiras à falta de capacidade dos indivíduos e não a concepções limitadas de corporeidade difundidas socialmente, o princípio da acessibilidade é esvaziado. Para Sasaki, a trajetória social de luta das pessoas com deficiência passou por três fases: da exclusão, à integração e, enfim, à inclusão. Enquanto a integração buscava acomodar pessoas com deficiência nos espaços limitados em que a sociedade as aceitava, buscando encaixá-las o máximo possível a uma noção de normalidade, a inclusão tem por princípio a igualdade de condições e acesso para todas as pessoas.

Nessa perspectiva, os estudantes expressaram desejo de se sentir “realmente parte” da comunidade acadêmica e de “conseguir participar de uma forma completa”, pensando conjuntamente com o corpo docente e técnico, metodologias e recursos que os auxiliassem no aprendizado, mas também participando das decisões relacionadas às atividades de inclusão. Para alguns interlocutores, a existência do NAI deveria ser mais divulgada entre todos os estudantes da UFPel, para que haja uma troca efetiva entre os grupos assistidos pelo núcleo e os outros estudantes. É ressaltada também a importância de práticas pensadas *com* os estudantes PcD, e não somente *para* esse grupo. Por esse motivo que a iniciativa do Comitê de Acessibilidade da ABA foi de criar uma contracartilha. Dessa forma, ao produzir práticas de acesso para todos(as) e ampliar a definição do que são capacidades,

corporalidades e inteligências múltiplas, evita-se o lugar-comum de singularizar a experiência da deficiência e reservar a essas pessoas um espaço restrito de participação.

A imaginação, aponta Ortner, é uma ferramenta importante de contraponto às antropologias sombrias, que abordam em geral desigualdades e violências, temas que se tornaram centrais nos trabalhos das ciências sociais contemporâneas. Propondo repensar as estruturas de poder, repensando também as formas de resistência, Ortner chama atenção à proposta de Bourdieu “de que a sociedade e a cultura são produzidas e reproduzidas por meio da prática humana” (ORTNER, 2020, p. 41). Dessa maneira, através de uma crítica cultural, é possível lançar luz sobre dinâmicas de cuidado, ética e bem-estar como agentes de mudança da realidade. Se discursos dominantes são capazes de estabelecer padrões de quais corpos ou capacidades são dignas de respeito, é também, a partir de práticas cotidianas de resistência que essas normatividades podem ser desarticuladas. De modo algum, as experiências de exclusão mencionadas pelos estudantes com deficiência têm por objetivo ressaltar de maneira vazia a violência dos padrões capacitistas que estruturalmente fazem parte das instituições. Ao contrário, podemos pensar nesses relatos como oportunidades de encontrarmos brechas para a construção de um futuro emancipador e mais inclusivo.

Considerações finais

Por experiência própria, o período em que tive que conhecer meu corpo com as limitações da perda da visão foi de conhecimento solitário; tive que desenvolver novas habilidades de estar no mundo nessa outra condição, enfrentar as barreiras do acesso aos direitos, assim como prazos e recursos de tramitação de demandas no mundo da burocracia. Durante toda essa trajetória mediada pelos conhecimentos médicos, a dimensão que se coloca com mais força é a da perda. Essa abordagem, focada na cura, acaba por formular discursos normativos sobre corpos e capacidades. É a partir dos conhecimentos propostos pelos estudos da deficiência e da antropologia dos sentidos, que passo a compreender a deficiência como fenômeno sociocultural, desnaturalizando, desse modo, as condições limitadoras que atravessam as experiências de pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, através do contato com outros estudantes com deficiência visual, busquei compreender como suas experiências universitárias são intermediadas pela cegueira e baixa visão. Partindo do entendimento da deficiência enquanto alteridade corporal, inclusa na imensa gama de possibilidades e capacidades que compreendem a humanidade, observo que outras categorias de diferenciação social, além da deficiência, são necessárias para compreender a complexidade desta experiência e a diversidade de trajetórias e condições dentre as pessoas com quem mantenho interlocução. Para isso, faço uma análise das interseccionalidades entre seus marcadores sociais, como gênero, sexualidade, idade, raça e classe social, em conjunto com a descrição dos relatos compartilhados comigo durante nossas entrevistas. Desse modo, foi possível compreender que a categoria da deficiência, não marca apenas os corpos que apresentam alguma lesão ou limitação sensorial/física/mental, e sim, é capturada por valores morais e estéticos normativos do que é natural em todos os corpos.

A partir, então, dos estudos da deficiência, principalmente do posicionamento teórico e político da teoria *crip*, proponho entre os(as) interlocutores um exercício de imaginação política a fim de aleijar as práticas de participação na universidade. Com isso, busco alternativas de contornar as circunstâncias que se impõe durante o desenvolvimento da pesquisa, como foi o caso do distanciamento social em consequência da Covid-19, e

posiciono o fazer antropológico como ferramenta criativa de resistência e enquanto potência modificadora das realidades descritas em nossos objetos de investigação.

Referências bibliográficas

- ANZALDÚA, GLORIA. La conciencia de la mestiza: Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, ed. 3, p. 704 - 719, 2005.
- CASTRO, M. R. N. DE. A antropologia dos sentidos e a etnografia sensorial: dissonâncias, assonâncias e ressonâncias. **Revista de Antropologia**, v. 64, n. 2, p. e186657–e186657, 30 jun. 2021.
- COLLINS, P. H. Intersectionality's Definitional Dilemmas. **Annual Review of Sociology**, v. 41, n. 1, p. 1–20, 14 ago. 2015.
- Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia. Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando o corpo e a sociedade. **ABA; ANPOCS; UERJ; ANIS; CONATUS; NACI**: Brasília; São Paulo; Rio de Janeiro, 2020. 14p.
- DINIZ, Debora. Modelo Social Da Deficiência: A Crítica Feminista. **SérieAnis** 28, Brasília, Letras Livres, 1-8, julho, 2003.
- DINIZ, Debora. **O Que É Deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- FARIA, Potira de Siqueira. **Nas linhas do invisível: fotografias iluminadas pelo tato**. 2020. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia)-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico: p. 16, 2008.FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. **Teoria e Cultura**, v. 2, n. 1 e 2, 2007.
- GAMA, F. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 2, p. 188–208, 28 ago. 2020.
- GAMA, F.; RAIMONDI, G. A.; BARROS, N. F. DE. Apresentação -Autoetnografias, escritas de si e produções de conhecimentos corporificadas. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, 20 dez. 2021.
- GAVÉRIO, Marco A. "**Que Corpo Deficiente É Esse?**": Notas Sobre Corpo e Deficiência Nos **Disability Studies**, 2015 (Monografia) Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- GAVÉRIO, M. A. Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos disability studies: Nothing about us, without our bodies! The location of the disabled body in disability studies. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, v. 14, n. 1, p. 95–117, 1 maio 2017.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7–41, 1995.

HIKIJ, R. S. G. Rouch Compartilhado: Premonições e Provocações para uma Antropologia Contemporânea. **ILUMINURAS**, v. 14, n. 32, 11 mar. 2013.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

INGOLD, T. Pare, Olhe, Escute! Visão, Audição e Movimento Humano. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 3, 1 jul. 2008.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, v. 18, p. 25–44, jun. 2012.

INGOLD, T. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**, v. 39, n. 3, p. 404–411, 22 dez. 2016.

KASTRUP, V. O tátil e o háptico na experiência estética: considerações sobre arte e cegueira. **TRÁGICA: Estudos de Filosofia da Imanência**, v. 8, n. 3, 16 set. 2015.

KULCSÁR, J. Fotografias feitas por pessoas deficientes visuais, por que não? **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 26, n. 2, p. 131–148, 16 out. 2018.

LOPES, P. Deficiência como categoria analítica: Trânsitos entre ser, estar e se tornar. **Anuário Antropológico**, n. v.44 n.1, p. 67–91, 1 jun. 2019.

MELLO, A. DE; DOBKE, E. D. R. +. **Corpos (in)capazes. Jacobin Brasil**, 12 fev. 2021. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2021/02/corpos-incapazes/>>. Acesso em: 30 maio. 2022

MELLO, A. G. DE. Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. **Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares**, 1 jan. 2014.

MELLO, A. G. DE; CARNIEL, F.; BLOCK, P. Quem escreve pela deficiência na sociologia brasileira? **Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar**, v. v11, n. n2, p. 490–525, 2021.

MELLO, A. G. DE; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 635–655, dez. 2012.

MILLER, DANIEL. Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. **Blog do Sociofilo**, 2020. [publicado em 23 de maio de 2020]. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller>

MITCHELL, J. P. A Moment with Christ: The Importance of Feelings in the Analysis of Belief. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 3, n. 1, p. 79, mar. 1997.

NASCIMENTO, S. DE S. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 2, p. 459–484, 17 set. 2019.

ORTNER, S. B. Dark Anthropology and Its Others: Theory Since the Eighties. **Philosophical Literary Journal Logos**, v. 32, n. 2, p. 1–42, 2020.

PEREIRA, A. B. Etnografar e intervir: Relato de uma antropologia engajada. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 29, n. supl, p. 216–224, 27 ago. 2020.

PICCOLO, G. M. Contribuições Antropológicas aos Estudos da Deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, 14 mar. 2022.

PINK, S. *The Future of Visual Anthropology: Engaging the Senses*, 2006.

PUSSETTI, C. Quando o campo são emoções e sentidos. Apontamentos de etnografia sensorial. **Trabalho de campo: envolvimento e experiências em antropologia**, p. 39–56, 2016.

RIOS, C.; PEREIRA, É. L.; MEINERZ, N. Apresentação: Perspectivas antropológicas sobre deficiência no Brasil. **Anuário Antropológico**, n. v.44 n.1, p. 29–42, 1 jun. 2019.

RODRIGUES, Guilherme Rodrigues de. **Antropologia em ação: etnografia sobre o Centro de Reabilitação Visual Louis Braille em Pelotas-RS**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Antropologia e Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

ROSALDO, M. Z.; DE, T.; KOURY, M. G. P. Em direção a uma antropologia do self e do sentimento. v. 18, n. 54, p. 20, 2019.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2a edição revista ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2016.

SASSAKI, R. **As sete dimensões da acessibilidade**. [s.l.] Larvatus, 2019.

SEGATO, R. L. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, v. 12, p. 207–236, abr. 2006.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, n. 18, 1 dez. 2012.

SILVA, J. S. S. DA. A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade. **Revista Educação Especial**, p. e46/ 1-24, 26 out. 2020.

SIQUEIRA, P. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 13, n. 13, p. 155–161, 30 mar. 2005.

SKLIAR, C. A Invenção e a Exclusão da Alteridade “deficiente” a partir dos Significados da Normalidade. **Educação & Realidade**, v. 24, n. 2, 1999.

SKLIAR, C. B. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. **Ponto de Vista: revista de educação e processos inclusivos**, n. 5, p. 37–49, 1 jan. 2003.

STOLLER, P. The Taste of Ethnographic Things: The Senses in Anthropology. p. 204, 1989.

TOLEDO, M. S. R. DE. O viver de deficientes visuais no centro de Porto Alegre: trabalho ambulante e espaços de sociabilidade. **ILUMINURAS**, v. 4, n. 7, 30 jun. 2003.

MELLO, ANAHI GUEDES DE. **Olhar, (não) ouvir, escrever** : uma autoetnografia ciborgue. Tese (doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2019.

VERSIANI, D. B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**, v. 37, n. 4, 2002.

WEID, O. VON DER. **“Visual é só um dos suportes do sonho”**: práticas e conhecimentos de vidas com cegueira. Tese (doutorado)—Rio de Janeiro: PPGSA / IFCS / UFRJ, 2014.

WEID, O. VON DER. Provincializar a visão: esboços para uma abordagem metodológica. **Teoria e Cultura**, v. 11, n. 3, 27 abr. 2017.

WEID, O. VON DER. Fotografia de cegos: olhar além da visão. **Sociedade e Cultura**, v. 23, 18 maio de 2020.